



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Requerimento :: Requerimento de Urgência Especial: 25 / 2019

Autor: Ver. Luciano Costa

Requeiro a mesa, ouvido o Douto Plenário, para que seja enviado expediente ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, para o SEMAGRO:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, Senhor Jaime Elias Verruck, para o Deputado Estadual, Evander Vendramini e a Deputada Federal, Bia Cavassa. Para que as autoridades acima citadas dê uma devolutiva a população corumbaense e a Câmara Municipal de Corumbá, por qual motivo de não haver um representante corumbaense nessa reunião de suma importância para o pantanal sul mato-grossense.

Quem o Pantanal de MS sofre as consequências de um desastre ambiental, é fato. Com o assoreamento, um dos principais rios da região, o Taquari, rompe suas margens e deixa milhares de hectares de terra permanentemente debaixo d'água. Assim, não acontece o ir e vir das águas, a enchente e as secas, essenciais para manter a vida no Pantanal. E as consequências são enormes.

O Taquari é majestoso, tem 800km de extensão: começa no estado do MT percorre todo o MS, até chegar ao rio Paraguai. O que está acontecendo é que, no Pantanal, as margens do rio se rompem e formam novos leitos. É o que os pantaneiros chamam de arrombamentos. As áreas ficam permanentemente alagadas.

E esse processo de assoreamento iniciado há pelo menos quatro décadas e que já inundou 1,3 milhão de hectares no Pantanal, causando uma perda estimada de território produtivo em Corumbá, coloca em desespero pequenos e grandes produtores rurais.

Nessa seara, em 07 dezembro de 2018, ocorreu no plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, uma reunião técnica para definir os eixos temáticos para investimentos na Bacia do Rio Taquari, por meio do Programa Nacional de Conversão de Multas Ambientais. O evento reuniu prefeitos, ambientalistas, ruralistas e representantes do Poder Público.

Essa reunião validou a proposta final de intervenções, a qual é fundamentada em duas frentes, contemplando planalto e planície, com investimentos na recuperação nativa e do solo em áreas degradadas pela monocultura e na navegabilidade do rio, hoje totalmente assoreado por sedimentos carreados do planalto. Está previsto apoio aos arranjos produtivos, contemplando colonos e grandes produtores, e a instalação de uma base de monitoramento permanente na região. Pela primeira vez na história, houve uma reunião técnica que pudesse apontar resultados concretos, haja vista que, ficou decidido que os recursos para as ações seriam captados junto ao fundo criado pelo governo federal de conversão de multas ambientais, havendo disponibilidade de R\$ 2.6 bilhões (oriundo de multas aplicadas na área ambiental que não estão sendo recebidas ou sendo contestadas na Justiça) com a manifestação de 800 empresas autuadas pelo Ibama.

Foi a sinalização da formação de um tripé essencial a viabilidade de qualquer projeto público: o





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

socialmente justo, o ambientalmente correto e o economicamente viável.

Porém, na época, apesar de todos os atores envolvidos serem chamados ao debate e consultados para validação da medida, mais uma vez a região da planície foi preterida pelo Governo Estadual.

Explico: No dia 20 de fevereiro, o Governador Reinaldo Azambuja esteve em Brasília, acompanhado de secretários estaduais e de uma comitiva de 11 prefeitos municipais que formam o COINTA (Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari), além do diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), Ricardo Eboli, e dos deputados estaduais Eduardo Rocha e Coronel David, para pleitear parte de R\$ 6 bi de fundo ambiental para recuperar Rio Taquari. O que causa estranheza é a falta de um representante da região de Corumbá, e não é por falta de interesse, até porque é uma mazela que assola a nossa população, mas por falta de "convite". Não teve representante do Poder Executivo e muito menos do Poder Legislativo. Nem o Sindicato Rural, que outrora, em dezembro de 2018, compôs a mesa de discussão da reunião técnica, foi chamado a compor a comitiva do senhor Governador.

São tempos difíceis. Sofremos diretamente a ação da degradação ambiental e fomos preteridos em oportunidade de pleitear, quem dirá de investimento e resolução do problema?

Temos um dos maiores rebanhos bovinos do país. Temos tradição em lida de campo e somos sim uma terra que altamente produtiva que sofre diretamente com o assoreamento do rio Taquari. Dessa forma, é muito desrespeitoso não sermos incluídos ou ao menos lembrados.

Além das autoridades políticas diretamente envolvidas (como prefeitos municipais, secretários municipais, ambientalistas, estudiosos da área, conselhos estaduais e representantes dos produtores rurais) das áreas diretamente e indiretamente.

Justificativa: Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores munícipes: É inaceitável, não termos nenhum representante nessa reunião tão importante para o Pantanal, especialmente para o Rio Taquari, nós que somos pantaneiros e sabemos das potencialidades de rebanhos bovinos e da tradição do bioma pantaneiro, temos pessoas e autoridades de altíssimo conhecimento que deveriam estar presentes nessa reunião.

SALA DAS SESSÕES, 26 de Fevereiro de 2019

Luciano Costa

Senhores Vereadores





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Vereador(a) - PODE

Vereador(a) - .

